

Responsável pelo acompanhamento da tramitação-cargo/função:





# **CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ**

CNPJ 74.097.254/0001-06

## **PARECER DAS COMISSÕES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 004/2025**

Referência: Projeto de Lei no 004, de 05 de fevereiro de 2025, que institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Durandé, e dá outras providências.

Após análise e discussão em comissão, os vereadores manifestaram seus posicionamentos da seguinte forma:

Os vereadores concordam com a redação da lei.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

Ofício 039/2025 – Gabinete Prefeito

Durandé/MG, 06 de fevereiro de 2025.

Excelentíssima Senhora

Vereadora Sirlei Guerra Paiva

DD. Presidente da Câmara Municipal

Durandé

Prezada Presidente;

Com os nossos cordiais cumprimentos, dirigimo-nos a Vossa Senhoria, para encaminhar, para apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o projeto de lei que versa sobre:

- **Projeto de Lei nº 004, de 05 de fevereiro de 2025, que institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Durandé, e dá outras providências.**

Contamos com a apreciação e aprovação dos presentes projetos, tal como se encontram, e em caráter de urgência, na forma do art. 64, da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente.

  
Renato Paiva Campos

Prefeito Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

**PROJETO DE LEI Nº 004, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025.**

***"Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Durandé e dá outras providências"***

O Povo do Município de Durandé, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei Complementar institui o Programa de Recuperação Fiscal de Durandé – REFIS-Durandé, com o objetivo de possibilitar o pagamento, nas condições nela especificadas, de débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza – ISSQN e a Taxa de Alvará Para Localização e Funcionamento, bem como, a extinção de processos em trâmite na esfera administrativa ou judicial que tenham por objeto ou finalidade mediata ou imediata ver incluído no programa ora criado.

**§1º.** O programa ora instituído abrange os débitos originários dos tributos especificados no *caput*, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

**§2º.** O REFIS – Durandé será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda que será o órgão responsável pelo gerenciamento e implantação dos procedimentos necessários à execução do programa.

**Art. 2º.** O ingresso no REFIS-Durandé dar-se-á por opção de pessoa física ou jurídica em débito com a Fazenda Municipal, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º desta Lei.

**§1º.** A opção deverá ser formalizada até 30 de abril de 2025, através do "Termo de Adesão ao REFIS", conforme escala a ser elaborada por atividades econômicas (pessoa jurídica) e por contribuinte (pessoa física), objetivando a agilização do processo de opção pelo programa.

**§2º.** Os débitos existentes em nome do optante poderão ser ou não consolidados, tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no REFIS.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

**§3º.** A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica ou física, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à atualização monetária, multa de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, observando a redução disposta no art. 3º desta Lei e consolidando o valor final em R\$ (REAIS) para efeito de cálculo das parcelas.

**Art. 3º.** Os débitos poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes observando os prazos e descontos no parágrafo § 1º;

**§1º.** Os valores referidos no caput deste artigo, correspondentes a multa e juros, receberão as seguintes reduções:

- I – Pagos à vista, 100% (cem por cento) da multa e juros;
- II – 2 a 6 parcelas, 80% (oitenta por cento) da multa e juros;
- III – 7 a 12 parcelas, 40% (quarenta por cento) da multa e juros.

**§2º.** Apurado o número de parcelas, será emitido um termo de acordo que constará o número total de parcelas e os seus respectivos vencimentos que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo Secretário Municipal de Fazenda, para formalização do pedido.

**§ 3º.** Em se tratando de devedor pessoa física, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

**§ 4º.** Em se tratando de devedor pessoa jurídica, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

**Art. 4º.** A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte a:

- I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes junto à fazenda municipal;
- II – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa, bem como a desistência de quaisquer defesas protocolada em processo judicial ou administrativo;
- III – Pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos e das condições decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

**§ 1º** – A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e às contribuições referidos no art. 1º.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

§ 2º - O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção da garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

§ 3º - No caso de parcelamento de débito ajuizado deverão ser pagos custos e encargos devidos à Fazenda Estadual, em parcela única, até o término do parcelamento.

Art. 5º. O Programa será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, e, em se tratando de débito em execução fiscal, será ouvida a Procuradoria-Geral do Município e observado o disposto em regulamento.

Art. 6º Em caso de inadimplência consecutiva ou não de 03 (três) parcelas do acordo firmado, haverá a exigibilidade imediata de todo o saldo devedor do acordo com os acréscimos legais, cuja constituição e lançamento do crédito em dívida ativa deverá ser feita de forma sumária.

Art. 7º. A certidão de quitação fiscal definitiva da dívida –CND – Certidão Negativa de Débito – somente será concedida depois do pagamento da última parcela de amortização.

Art. 8º. Os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 5.771,00 (cinco mil setecentos e setenta e um reais), já reajustados na forma da legislação pertinente, não serão objeto de execução fiscal, salvo determinação em contrário da Procuradoria-Geral do Município e/ou da Secretaria Municipal de Fazenda.


Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a editar os atos regulamentares que se fizerem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 10. O Secretário Municipal de Fazenda é a autoridade competente para decidir sobre todos os atos relacionados com a aplicação desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Durandé-MG, 06 de fevereiro de 2025.

  
Renato Paiva  
Prefeito Municipal  
66.232.547/0001-20  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ  
AV. ÁLVARO MOREIRA DA SILVA, 615  
CENTRO - CEP: 36.974-000  
DURANDÉ - MINAS GERAIS





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 004, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

MD. Senhor Vereador-Presidente,

DD. Senhores Vereadores

O presente projeto de lei que ora enviamos à alta apreciação desta Egrégia Casa de Leis ***"Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Durandé e dá outras providências."***

O programa ora instituído tem a finalidade de dar a oportunidade para que o contribuinte inadimplente venha a regularizar a sua situação fiscal junto ao Município, bem como promover a receita municipal dos impostos e taxas de competência municipal tais como o IPTU, ISSQN e as Taxas de Alvará para Localização e Funcionamento.

Em que pese a aparente renúncia de receita constante do presente projeto de lei, a nosso ver, ocorrerá o contrário. Haverá o incremento de receita em vista do incentivo proporcionado aos contribuintes para o pagamento de suas dívidas junto à Fazenda Pública Municipal.

Outro requisito que se busca cumprir com o presente projeto de lei é a redução da dívida ativa e aumento do ingresso de receitas.

Assim, entendemos que está sendo perfeitamente atendida a Lei de Responsabilidade Fiscal, significando dizer que em decorrência da lei não haverá redução das receitas previstas ou desequilíbrio orçamentário.

Exige o art. 14 da LRF que havendo impacto orçamentário e financeiro, há que se estabelecerem as medidas de compensação à receita fiscal. Diante disso, conforme já afirmamos anteriormente, não haverá comprometimento do equilíbrio entre receitas e despesas, pois que a medida constante do projeto de lei não afetará as metas de resultados. Assim sendo, não há que se falar em compensação.

Por fim, o mesmo artigo 14 da LRF, em seu § 3º inciso II, autoriza o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

Como é público e notório, não existe processo judicial que seja de valor inferior a R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais). No entanto, não haverá o cancelamento da dívida, tão somente será submetida ao protesto, a fim de se manter o crédito tributário do município.

Por fim, resta-nos solicitar aos Nobres Edis a aprovação do presente projeto, levando em conta o seu grande alcance social e fiscal.

Diante do exposto, reiterando nossos votos de profundo respeito e admiração aos membros dessa Edilidade, contando com a sempre prestimosa colaboração de V. Exas., resta-nos solicitar aos nobres vereadores a aprovação do presente projeto de lei, em sua íntegra, solicitando, desde já, seja o mesmo apreciado em regime de urgência.

Atenciosamente

  
Renato Paiva  
[66.232.547/0001-20]  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ  
AV. ÁLVARO MOREIRA DA SILVA, 615  
CENTRO - CEP: 36.974-000  
[DURANDÉ - MINAS GERAIS]





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

## PREVISÃO DO IMPACTO DA REDUÇÃO EM MUTAS E JUROS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA ATIVA DOS ANOS DE 2020 A 2024

A elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro tem a finalidade de demonstrar que não haverá comprometimento do equilíbrio entre receitas e despesas, pois que a medida constante do projeto de lei não afetará as metas de resultados.

O programa ora instituído tem a finalidade de dar a oportunidade para que o contribuinte inadimplente venha a regularizar a sua situação fiscal junto ao Município, bem como promover a receita municipal dos impostos e taxas de competência municipal tais como o IPTU, ISSQN e as Taxas de Alvará para Localização e Funcionamento.

As opções para pagamento pelo REFIS 2025 são as seguintes:

% Desconto		
Forma de Pagamento	Juros	Multa
À Vista	100%	100%
De 2 até 06 parcelas	80%	80%
De 7 até 12 parcelas	40%	40%

O valor calculado de Dívida Ativa é de R\$ 1.364.801,70 (Um milhão trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e um reais e setenta centavos).

O quadro abaixo demonstra a estimativa da aplicação dos percentuais de descontos em Multas e Juros, de acordo com a opção escolhida pelo contribuinte:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 66.232.547/0001-20

	Valor Original (R\$)	Desc. 100% (R\$)	Desc. 800% (R\$)	Desc. 40% (R\$)
Valor Origem	813.331,10	813.331,10	813.331,10	813.331,10
Correção	123.192,46	123.192,46	123.192,46	123.192,46
* Multas	93.655,30	0,00	18.731,06	56.193,18
* Juros	334.622,84	0,00	66.924,57	200.773,70
Total	1.364.801,70	936.523,56	1.022.179,19	1.193.490,44

Em que pese a aparente renúncia de receita constante do presente projeto de lei, a nosso ver, ocorrerá o contrário. Haverá o incremento de receita em vista do incentivo proporcionado aos contribuintes para o pagamento de suas dívidas junto à Fazenda Pública Municipal. Com uma perspectiva de arrecadação em torno de 40% do valor devido.

Outro requisito que se busca cumprir com o presente projeto de lei é a redução da dívida ativa e aumento do ingresso de receitas.

Assim, entendemos que está sendo perfeitamente atendida a Lei de Responsabilidade Fiscal, significando dizer que em decorrência da lei não haverá redução das receitas previstas ou desequilíbrio orçamentário.

No que tange, a recuperação de Receitas o Município com a implantação do novo CTM irá conseguir um acréscimo na arrecadação nos valores das Taxa de Localização e Funcionamento, bem como com a reclassificação e adequação do cálculo do IPTU por localização conseguirá um aumento na arrecadação. No que se refere ao ISSQN já estamos realizando a fiscalização das empresas do Simples Nacional para que consigamos recuperar as receitas não declaradas.

Exige o art. 14 da LRF que havendo impacto orçamentário e financeiro, há que se estabelecerem as medidas de compensação à receita fiscal.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ**

CNPJ 66.232.547/0001-20

Diante disso, conforme já afirmamos anteriormente, não haverá comprometimento do equilíbrio entre receitas e despesas, pois que a medida constante do projeto de lei não afetará as metas de resultados. Assim sendo, não há que se falar em compensação.

Por fim, o mesmo artigo 14 da LRF, em seu § 3º inciso II, autoriza o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Como é público e notório, não existe processo judicial que seja de valor inferior a R\$ 5.771,00 (cinco mil setecentos e setenta e um centavos). No entanto, não haverá o cancelamento da dívida, tão somente será submetida ao protesto, a fim de se manter o crédito tributário do município.

Diante dos fatos apresentados, segue esta nota para apreciação.

Durandé, 05 de fevereiro de 2025.

**Diego Carlos Dias Storck**

**Secretário Municipal de Fazenda**

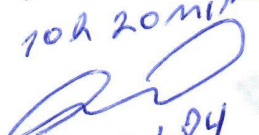




# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

## Proposição de Lei nº846/2025

Recebido em  
11.03.25  
10h 20min  
  
175.684

Referência: Projeto de Lei nº004, de 05 de fevereiro de 2025, que institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Durandé e dá outras providências.

O Povo do Município de Durandé, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei Complementar institui o Programa de Recuperação Fiscal de Durandé – REFIS-Durandé, com o objetivo de possibilitar o pagamento, nas condições nela especificadas, de débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza – ISSQN e a Taxa de Alvará Para Localização e Funcionamento, bem como, a extinção de processos em trâmite na esfera administrativa ou judicial que tenham por objeto ou finalidade mediata ou imediata ver incluído no programa ora criado.

**§1º.** O programa ora instituído abrange os débitos originários dos tributos especificados no *caput*, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

**§2º.** O REFIS – Durandé será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda que será o órgão responsável pelo gerenciamento e implantação dos procedimentos necessários à execução do programa.

**Art. 2º.** O ingresso no REFIS-Durandé dar-se-á por opção de pessoa física ou jurídica em débito com a Fazenda Municipal, que fará jus a regime especial de

Rua Antenor de Paiva Condé, nº 28 - Tel.: (33) 3342-1124 – CEP 36.974-000

Durandé- MG.





# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º desta Lei.

**§1º.** A opção deverá ser formalizada até 30 de abril de 2025, através do "Termo de Adesão ao REFIS", conforme escala a ser elaborada por atividades econômicas (pessoa jurídica) e por contribuinte (pessoa física), objetivando a agilização do processo de opção pelo programa.

**§2º.** Os débitos existentes em nome do optante poderão ser ou não consolidados, tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no REFIS.

**§3º.** A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica ou física, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à atualização monetária, multa de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, observando a redução disposta no art. 3º desta Lei e consolidando o valor final em R\$ (REAIS) para efeito de cálculo das parcelas.

**Art. 3º.** Os débitos poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes observando os prazos e descontos no parágrafo § 1º;

**§1º.** Os valores referidos no caput deste artigo, correspondentes a multa e juros, receberão as seguintes reduções:

I – Pagos à vista, 100% (cem por cento) da multa e juros;

II – 2 a 6 parcelas, 80% (oitenta por cento) da multa e juros;

III – 7 a 12 parcelas, 40% (quarenta por cento) da multa e juros.

**§2º.** Apurado o número de parcelas, será emitido um termo de acordo que constará o número total de parcelas e os seus respectivos vencimentos que





# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo Secretário Municipal de Fazenda, para formalização do pedido.

**§ 3º.** Em se tratando de devedor pessoa física, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

**§ 4º.** Em se tratando de devedor pessoa jurídica, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

**Art. 4º.** A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte a:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes junto à fazenda municipal;

II – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa, bem como a desistência de quaisquer defesas protocolada em processo judicial ou administrativo;

III – Pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos e das condições decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

**§ 1º** – A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e às contribuições referidos no art. 1º.

**§ 2º** - O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção da garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

**§ 3º** - No caso de parcelamento de débito ajuizado deverão ser pagos custos e encargos devidos à Fazenda Estadual, em parcela única, até o término do parcelamento.

**Art. 5º.** O Programa será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, e, em se tratando de débito em execução fiscal, será ouvida a Procuradoria-Geral do Município e observado o disposto em regulamento.

Rua Antenor de Paiva Condé, nº 28 - Tel.: (33) 3342-1124 – CEP 36.974-000

Durandé- MG.





# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

**Art. 6º** Em caso de inadimplência consecutiva ou não de 03 (três) parcelas do acordo firmado, haverá a exigibilidade imediata de todo o saldo devedor do acordo com os acréscimos legais, cuja constituição e lançamento do crédito em dívida ativa deverá ser feita de forma sumária.

**Art. 7º.** A certidão de quitação fiscal definitiva da dívida –CND – Certidão Negativa de Débito – somente será concedida depois do pagamento da última parcela de amortização.

**Art. 8º.** Os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 5.771,00 (cinco mil setecentos e setenta e um reais), já reajustados na forma da legislação pertinente, não serão objeto de execução fiscal, salvo determinação em contrário da Procuradoria-Geral do Município e/ou da Secretaria Municipal de Fazenda.

**Art. 9º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a editar os atos regulamentares que se fizerem necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 10.** O Secretário Municipal de Fazenda é a autoridade competente para decidir sobre todos os atos relacionados com a aplicação desta Lei.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**art. 12.** Revogam-se as disposições em contrário.

Durandé-MG, 10 de março de 2025

  
Sirlei Guerra Paiva

Presidente da Câmara Municipal de Durandé-MG

Rua Antenor de Paiva Condé, nº 28 - Tel.: (33) 3342-1124 – CEP 36.974-000

Durandé- MG.





# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 004, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

MD. Senhor Vereador-Presidente,

DD. Senhores Vereadores

O presente projeto de lei que ora enviamos à alta apreciação desta Egrégia Casa de Leis ***"Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Durandé e dá outras providências."***

O programa ora instituído tem a finalidade de dar a oportunidade para que o contribuinte inadimplente venha a regularizar a sua situação fiscal junto ao Município, bem como promover a receita municipal dos impostos e taxas de competência municipal tais como o IPTU, ISSQN e as Taxas de Alvará para Localização e Funcionamento.

Em que pese a aparente renúncia de receita constante do presente projeto de lei, a nosso ver, ocorrerá o contrário. Haverá o incremento de receita em vista do incentivo proporcionado aos contribuintes para o pagamento de suas dívidas junto à Fazenda Pública Municipal.

Outro requisito que se busca cumprir com o presente projeto de lei é a redução da dívida ativa e aumento do ingresso de receitas.

Assim, entendemos que está sendo perfeitamente atendida a Lei de Responsabilidade Fiscal, significando dizer que em decorrência da lei não haverá redução das receitas previstas ou desequilíbrio orçamentário.

Exige o art. 14 da LRF que havendo impacto orçamentário e financeiro, há que se estabelecerem as medidas de compensação à receita fiscal. Diante disso, conforme já afirmamos anteriormente, não haverá comprometimento do equilíbrio entre receitas e despesas, pois que a medida constante do projeto de





# **CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ**

CNPJ 74.097.254/0001-06

lei não afetará as metas de resultados. Assim sendo, não há que se falar em compensação.

Por fim, o mesmo artigo 14 da LRF, em seu § 3º inciso II, autoriza o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Como é público e notório, não existe processo judicial que seja de valor inferior a R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais). No entanto, não haverá o cancelamento da dívida, tão somente será submetida ao protesto, a fim de se manter o crédito tributário do município.

Por fim, resta-nos solicitar aos Nobres Edis a aprovação do presente projeto, levando em conta o seu grande alcance social e fiscal.

Diante do exposto, reiterando nossos votos de profundo respeito e admiração aos membros dessa Edilidade, contando com a sempre prestimosa colaboração de V. Exas., resta-nos solicitar aos nobres vereadores a aprovação do presente projeto de lei, em sua íntegra, solicitando, desde já, seja o mesmo apreciado em regime de urgência.

Atenciosamente

**Renato Paiva**

**Prefeito Municipal de Durandé**





# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

## PREVISÃO DO IMPACTO DA REDUÇÃO EM MUTAS E JUROS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA ATIVA DOS ANOS DE 2020 A 2024

A elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro tem a finalidade de demonstrar que não haverá comprometimento do equilíbrio entre receitas e despesas, pois que a medida constante do projeto de lei não afetará as metas de resultados.

O programa ora instituído tem a finalidade de dar a oportunidade para que o contribuinte inadimplente venha a regularizar a sua situação fiscal junto ao Município, bem como promover a receita municipal dos impostos e taxas de competência municipal tais como o IPTU, ISSQN e as Taxas de Alvará para Localização e Funcionamento.

As opções para pagamento pelo REFIS 2025 são as seguintes:

% Desconto		
Forma de Pagamento	Juros	Multa
À Vista	100%	100%
De 2 até 06 parcelas	80%	80%
De 7 até 12 parcelas	40%	40%

O valor calculado de Dívida Ativa é de R\$ 1.364.801,70 (Um milhão trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e um reais e setenta centavos).

O quadro abaixo demonstra a estimativa da aplicação dos percentuais de descontos em Multas e Juros, de acordo com a opção escolhida pelo contribuinte:

Rua Antenor de Paiva Condé, nº 28 - Tel.: (33) 3342-1124 – CEP 36.974-000

Durandé- MG.





# CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ

CNPJ 74.097.254/0001-06

	Valor Original (R\$)	Desc. 100% (R\$)	Desc. 800% (R\$)	Desc. 40% (R\$)
<b>Valor Origem</b>	813.331,10	813.331,10	813.331,10	813.331,10
<b>Correção</b>	123.192,46	123.192,46	123.192,46	123.192,46
<b>* Multas</b>	93.655,30	0,00	18.731,06	56.193,18
<b>* Juros</b>	334.622,84	0,00	66.924,57	200.737,70
<b>Total</b>	<b>1.364.801,70</b>	<b>936.523,56</b>	<b>1.022.179,19</b>	<b>1.193.490,44</b>

Em que pese a aparente renúncia de receita constante do presente projeto de lei, a nosso ver, ocorrerá o contrário. Haverá o incremento de receita em vista do incentivo proporcionado aos contribuintes para o pagamento de suas dívidas junto à Fazenda Pública Municipal. Com uma perspectiva de arrecadação em torno de 40% do valor devido.

Outro requisito que se busca cumprir com o presente projeto de lei é a redução da dívida ativa e aumento do ingresso de receitas.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ**

CNPJ 74.097.254/0001-06

Assim, entendemos que está sendo perfeitamente atendida a Lei de Responsabilidade Fiscal, significando dizer que em decorrência da lei não haverá redução das receitas previstas ou desequilíbrio orçamentário.

No que tange, a recuperação de Receitas o Município com a implantação do novo CTM irá conseguir um acréscimo na arrecadação nos valores das Taxa de Localização e Funcionamento, bem como com a reclassificação e adequação do cálculo do IPTU por localização conseguirá um aumento na arrecadação. No que se refere ao ISSQN já estamos realizando a fiscalização das empresas do Simples Nacional para que consigamos recuperar as receitas não declaradas.

Exige o art. 14 da LRF que havendo impacto orçamentário e financeiro, há que se estabelecerem as medidas de compensação à receita fiscal.

Diante disso, conforme já afirmamos anteriormente, não haverá comprometimento do equilíbrio entre receitas e despesas, pois que a medida constante do projeto de lei não afetará as metas de resultados. Assim sendo, não há que se falar em compensação.

Por fim, o mesmo artigo 14 da LRF, em seu § 3º inciso II, autoriza o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Como é público e notório, não existe processo judicial que seja de valor inferior a R\$ 5.771,00 (cinco mil setecentos e setenta e um centavos). No entanto, não haverá o cancelamento da dívida, tão somente será submetida ao protesto, a fim de se manter o crédito tributário do município.

Diante dos fatos apresentados, segue esta nota para apreciação.

Durandé, 05 de fevereiro de 2025.

Rua Antenor de Paiva Condé, nº 28 - Tel.: (33) 3342-1124 – CEP 36.974-000

Durandé- MG.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE DURANDÉ**

CNPJ 74.097.254/0001-06

**Diego Carlos Dias Storck**

**Secretário Municipal de Fazenda**



Rua Antenor de Paiva Condé, nº 28 - Tel.: (33) 3342-1124 – CEP 36.974-000

Durandé- MG.